



redação de
CAMPEÃO

Aula 24-
**“A destruição das florestas
brasileiras”**

Professora Candice Almeida

Professor João Filipe Magnani

contato@redacaodecampeao.com.br; www.redacaodecampeao.com.br

TEMA: A DESTRUIÇÃO DAS FLORESTAS BRASILEIRAS

GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

- **Anos 40 – 1ª. Geração: direitos individuais negativos: o Estado não pode fazer nada contra o indivíduo (não pode, por exemplo, violar correspondência); direito à propriedade, segurança.**
- **Anos 50 – 2ª. Geração: criam-se condições materiais para o exercício dos Direitos Humanos: saúde, educação, moradia.**
- **Anos 60 – 3ª. Geração: direitos coletivos difusos: paz, MEIO AMBIENTE.**
- **Anos 90 – 4ª. Geração: luta contra o controle tecnológico: genética, TICs**

ENCONTROS DE MEIO AMBIENTE

- **A partir da 3ª. Geração, começou-se a realizar Conferências e Encontros sobre Meio Ambiente:**
 - **1972 – Conferência de Estocolmo**
 - **1992 – Eco-92 – “Desenvolvimento Sustentável”**
 - **1997 – Protocolo de Kyoto – “Aquecimento Global”**
 - **2002 - Rio + 10 • 2012 – Rio + 20**
 - **2015 – COP21 – Acordo de Paris**

Amazônia tem maior número de queimadas nas primeiras semanas de junho desde 2007

(Folha de S.Paulo, 25 jun 2020)

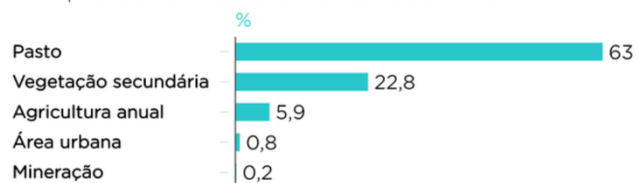
Entrando em seu período mais seco, a Amazônia já tem as três primeiras semanas de junho com maior número de focos de incêndio desde 2007. Do início do ano até agora, os registros de queimadas também cresceram na maior parte dos estados do bioma, em comparação com 2019, ano marcado pelas queimadas que chamuscaram a imagem ambiental internacional do Brasil.

Entre o primeiro dia de junho e o dia 21, O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), por meio do Programa Queimadas, detectou 1.469 focos de incêndio na Amazônia. O valor é 30,5% maior do que o documentado no mesmo espaço de tempo em 2019 (1.125 focos).

Os incêndios estão concentrados principalmente em Mato Grosso e Pará, os dois estados que lideraram o ranking de desmatamento em 2018/2019. No último ano, a destruição da floresta bateu o recorde da década e superou a marca simbólica de 10 mil km² de mata devastada.

MAIS PASTAGENS

Principais usos de áreas desmatadas de 2004 a 2014



Fonte: TerraClass. "Pasto" corresponde a pasto limpo, pasto sujo e regeneração com pasto.

NEXO

Governo tenta proibir queimadas na Amazônia por 120 dias em resposta a críticas de empresários (Folha de S.Paulo, 25 jun 2020)

O Ministério do Meio Ambiente prepara um decreto que proíbe por 120 dias a realização de queimadas na Floresta Amazônica.

A medida, que foi adotada por 60 dias no ano passado, tem como objetivo tentar reduzir o desmatamento na região amazônica durante o período da seca, que teve início no mês passado.

A proibição foi discutida em reunião, promovida na terça-feira (7), no Palácio do Planalto, com a participação dos

ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Relações Exteriores.

A iniciativa foi revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada nesta quarta-feira (8) pela **Folha**. Segundo assessores presidenciais, ela ainda está em fase de avaliação e deve ser publicada até o final do mês.

O decreto é uma das respostas do governo brasileiro às críticas de investidores estrangeiros em relação à atual política ambiental brasileira.

Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo

Presidente não apresentou provas. Ambientalistas classificaram fala de leviana e irresponsável. Brasil teve 72 mil focos de incêndio em 2019, 80% mais que em 2018. Metade está na Amazônia.

G1- 21/08/2019

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira (21) que organizações não governamentais (ONGs) podem estar por trás de queimadas na região amazônica para "chamar atenção" contra o governo do Brasil. O presidente não citou nomes de ONGs e, questionado se há embasamento para as alegações, disse que não há registros escritos sobre as suspeitas.

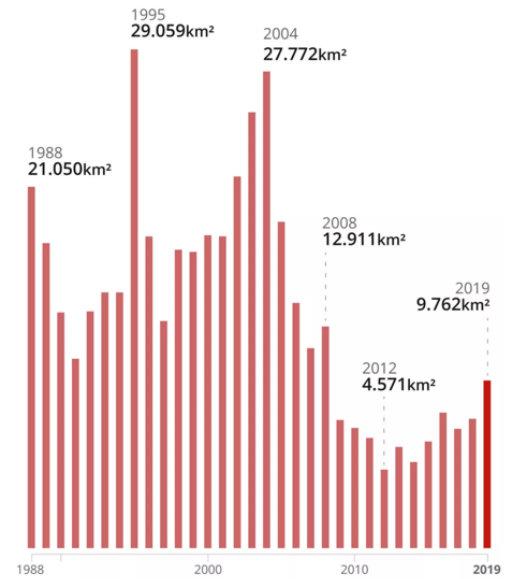
Segundo dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Amazônia concentra 52,5% dos focos de queimadas de 2019 no Brasil. O G1 mostrou que o número de queimadas aumentou 82% em relação ao mesmo período de 2018 – de janeiro a 18 de agosto.

De acordo com Bolsonaro, o governo precisa fazer o possível para que esse tipo de crime não aumente, mas

disse que sua gestão retirou dinheiro que era repassado para ONGs, o que poderia justificar uma reação das instituições.

Desmatamento da Amazônia

Veja a área desmatada entre agosto e julho de cada ano, desde 1988



Fonte: Prodes/Inpe
Infográfico elaborado em: 18/11/2019

Desmatamento da Amazônia cresce 28% em um ano, diz nota de servidores do Ibama

(FOLHA DE S.PAULO, 26.jul.2020)

Em manifestação técnica encaminhada ao presidente do Ibama, Eduardo Bim, e ao presidente do Conselho da Amazônia, o vice-presidente Hamilton Mourão, mais de 600 servidores do órgão alertam para um aumento de 28% no desmatamento consolidado na Amazônia entre agosto de 2019 e julho de 2020, em comparação com o mesmo período em 2018-2019. O Ibama possui 2.944 servidores em exercício, segundo portal da transparência.

A carta com a previsão foi divulgada pela Associação Nacional de Servidores da Carreira de Especialista de Meio Ambiente (Ascema Nacional) na quarta-feira (22).

A estimativa foi feita com base nas detecções feitas pelo Deter, o sistema de monitoramento do Inpe, nos últimos cinco anos, que já haviam revelado um aumento de 49,7% no desmatamento na região entre agosto de 2018 e julho de 2019 em comparação com o período anterior (2017-2018).

Comparando com os números de 2017-2018, último período da gestão de Michel Temer (PSDB), o aumento do desmatamento na Amazônia no primeiro ano de gestão integral de Jair Bolsonaro (sem partido), cujo calendário começou em julho de 2019, pode chegar a 72%.

De agosto de 2019 a 9 de julho de 2020, faltando ainda 21 dias para encerrar o período de medição do desmatamento consolidado, o aumento já foi de 13,7% em relação a 2018-2019, segundo a Ascema.

A entidade estima que, mesmo que haja uma queda brusca do desmatamento nos últimos dias de julho, dificilmente esse cenário será revertido. O desmatamento na Amazônia, nos últimos 12 meses, pode chegar a 13 mil km, aponta a manifestação técnica.

Em carta, ex-ministros da Fazenda defendem retomada da economia com preservação ambiental

(G1, 14.jul.2020)

Em carta pública divulgada nesta terça-feira (14), ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central escreveram que a recuperação econômica do país deve levar em conta a preservação ambiental e a responsabilidade social.

O documento é assinado, entre outros, pelos ex-ministros da Fazenda Pedro Malan, Fernando Henrique Cardoso, Henrique Meirelles, Joaquim Levy e Zélia Cardoso de Mello, além dos ex-presidentes do BC Armínio Fraga, Gustavo Loyola, Persio Arida e Ilan Goldfajn.

"Superar a crise exige convergirmos em torno de uma agenda que nos possibilite retomar as atividades econômicas, endereçar os problemas sociais e, simultaneamente, construir uma economia mais resiliente ao lidar com os riscos climáticos e suas implicações para o Brasil", escreveram no texto.

Desde que tomou posse, Jair Bolsonaro é criticado por ter tomado medidas que afrouxaram a fiscalização ambiental. As críticas ao país ameaçam inclusive o acordo comercial entre Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e União Europeia.

No mês passado, um grupo de 29 grandes fundos internacionais de investimento, que gerencia cerca de R\$ 20 trilhões em recursos, enviou carta aberta às embaixadas brasileiras de oito países (Estados Unidos, Japão, Noruega, Suécia, Dinamarca, Reino Unido, França e Holanda).

Na carta, os investidores manifestam preocupação com o aumento do desmatamento no Brasil e apontam uma incerteza generalizada sobre as condições para investir e fornecer recursos financeiros ao país. Europeus já ameaçaram desinvestir no Brasil por causa dos problemas ambientais na Amazônia.

Nesta segunda-feira (13), o governo exonerou a coordenadora-geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Lúbia Vinhas após o órgão divulgar, na semana passada, que o mês de junho teve o

maior número de alertas de desmatamento para o mês em toda a série histórica, iniciada em 2015.

Lenda Rural

(Folha de S.Paulo, 15.jul.2020)

Voltou a lenda urbana: as críticas ao Brasil sobre desmatamento da Amazônia seriam oriundas de interesses comerciais da concorrência estrangeira. Tamanha sandice só reflete uma ignorância provinciana que impede até de dar respostas sensatas à pressão externa.

Há gente para a qual o conceito de “lá fora” representa um complô imaginário que reúne interesses tão distintos — e muitas vezes conflitantes — como aqueles de governos, empresas e opinião pública. Gente que carece de trânsito e até mesmo de conhecimento de idiomas para frequentar os corredores das Nações Unidas, da OMC ou das grandes multinacionais. Sendo que fiz isso por mais de 30 anos, pautando o tema da Amazônia, vou explicar como as coisas funcionam.

O que a Amazônia exporta — e que tem a ver direta ou indiretamente com desmatamento — são três itens: minérios (principalmente) e, em medida menor, soja e carne (ou gado). O interesse comercial de importadores de tais matérias-primas, ou de beneficiadores que agregam valor a elas — como China, Europa, Oriente Médio —, é o de qualquer comprador: ter oferta abundante, alternativas de compra e preços baixos.

Quais são então as verdadeiras razões que levam empresas ou governos a reclamar de forma crescente do nosso desmatamento? São duas, também simples de serem compreendidas.

Roberto Smeraldi

Jornalista, ex-presidente do comitê de assessoria para o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e autor do livro “Novo Manual de Negócios Sustentáveis” (Publifolha)

Cresce na Europa pressão contra produtos brasileiros, em reação a queimadas na Amazônia

(Folha de S.Paulo, 11.jul.2020)

De terno e gravata, o presidente Jair Bolsonaro segura um gigantesco palito de fósforo aceso e ri, enquanto a floresta queima a fundo. “Boicote Bolsonaro”, diz o título no site de campanha homônima — que até as 20h desta sexta (10) já tinha sido assinada por 384.704 pessoas.

Lançada pela Campact!, a ação pede que supermercados europeus parem de comprar alimentos brasileiros de empresas que “queimam a floresta com a maior crueldade dos últimos dez anos”.

“Apenas a pressão econômica ajuda”, diz o texto da campanha, que se dirige nominalmente a grandes redes europeias como Aldi Nord, Edeka e Lidl.

No caso das empresas é o fator reputacional, que afeta o negócio delas por conta das tendências dos consumidores ou clientes. Ter relação ou proximidade com uma atividade percebida como devastadora para a sobrevivência da humanidade destrói valor das marcas. Inclusive de empresas envolvidas apenas em financiar essas cadeias. Isso até leva a reações como o típico “compro do Brasil só se não for da Amazônia”, algo que só piora os impactos na vida real, mas corrobora o fato que o objetivo é ficar longe de um tema tóxico, e não eliminar um suposto competidor. Por isso que o mesmo raciocínio é seguido também aqui no Brasil, por todos os grandes bancos, por boa parte do agronegócio limpo e por muitas grandes empresas com exposição de marca, que acabam de lançar manifesto do mesmo teor.

Já no caso dos governos, as razões são outras, como negociar em condições mais vantajosas suas responsabilidades na emissão de gases estufa nos acordos internacionais. Isso acontece porque a alocação das emissões se dá na fonte, ou seja, as emissões resultantes do desmatamento de um hectare de, digamos, soja, são contabilizadas no país onde foi realizado o desmatamento, e não naquele que comercializou o presunto feito com o porco criado com aquela soja.

Não é difícil de entender. Mas há lendas urbanas que se tornam até rurais, ou mesmo ruralistas.

Atitudes obscurantistas transformaram Brasil em pária ambiental

(Folha de S.Paulo, 21.jul.2020)

Deixemos de lado, por um instante, a “conspiração” interna e externa contra a nossa eficiente e competitiva atividade agroindustrial, resultado do forte apoio político à Embrapa, que “inventou” a agricultura tropical. Esta é, mesmo, respeitada por nossos competidores internacionais — EUA, Europa, Austrália, Argentina, todos fora dos “trópicos”. Feito isso, vamos aos fatos.

Qualquer pessoa informada sobre a proteção ambiental no Brasil sabe que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Código Florestal criaram as condições para o conhecimento seguro (como o Inpe faz) em que se desenvolve nossa agricultura. Nem mesmo o deplorável “deixa passar a boiada” do ministro Salles pode alterar isso.



Os números a seguir, calculados pela Embrapa através do CAR para 2018, dão boa ideia do problema: a área destinada à proteção ambiental é de 66,3% do total (unidades de conservação pública e privada e vegetação nativa, 52,5%; terras indígenas, 13,8%).

Trata-se de uma área equivalente à da Europa. A área utilizada para a atividade agropastoril é, por sua vez, de 30,2% do território nacional: 22,2% plantados, lavoura, pastagem, floresta; 8% pastagens nativas. Para cada hectare plantado, temos, portanto, dois reservados à conservação ambiental!

Quanto à Amazônia, é bom lembrar que temos hoje alocados para tentar proteger uma área de 5 milhões de km² (60% do

Antonio Delfim Netto - Economista, ex-ministro da Fazenda (1967-1974). É autor de "O Problema do Café no Brasil

país) e 17 mil km de perímetro, 40 mil homens da força armada profissional, com a coordenação do vice-presidente Mourão.

É isso que Bolsonaro e seus ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente deveriam estar mostrando ao mundo em vez de choramingar contra um complô imaginário que quer nos tirar a Amazônia.

Foram atitudes obscurantistas do ministro do Meio Ambiente (que execrou os competentes burocratas de seus quadros) que ajudaram nossos competidores a transformar o Brasil no pária destruidor do equilíbrio ambiental do planeta Terra.

Alvo de críticas, Salles cria programa Floresta+ para promover conservação

Jornal EXTRA, 03/07/20

Em meio a críticas internacionais ao governo Jair Bolsonaro sobre a gestão da política ambiental brasileira, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, editou uma portaria em que cria o programa Floresta+, iniciativa que prevê medidas para combater o desmatamento e inclui repasse de recursos financeiros para quem promover ações de conservação de florestas, conforme publicação nesta sexta-feira no Diário Oficial da União.

O programa pretende estimular o "mercado privado de pagamentos por serviços ambientais em áreas mantidas com cobertura de vegetação nativa" e "a articulação de políticas públicas de conservação e proteção da vegetação nativa e de mudança do clima".

Entre as diretrizes do Floresta+, está o incentivo à "retribuição monetária e não monetária" por atividades de melhoria, conservação e proteção da vegetação nativa, além de "estimular ações de prevenção de desmatamento, degradação e incêndios florestais por meio de incentivos financeiros privados".

Em encontro virtual da Cúpula do Mercosul na véspera, o presidente Jair Bolsonaro havia dito que seu governo atua para desfazer "opiniões distorcidas" sobre o país em temas como proteção da Amazônia e índios. O presidente da França, Emmanuel Macron, tem resistido a subscrever o acordo comercial União Europeia-Mercosul --que precisa do aval dos 27 países membros da UE-- para entrar em vigor devido à política ambiental de Bolsonaro.

MÃOS À OBRA

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: "**A destruição das florestas brasileiras**" apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Seu texto deve ter entre 07 e 30 linhas escritas.

